

# SUMÁRIO

<b>SIGLAS</b> .....	<b>25</b>
<b>NOTA À 2ª EDIÇÃO</b> .....	<b>27</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>29</b>

## Parte I: TEORIA GERAL DOS RECURSOS

<b>Capítulo I – Teoria geral dos recursos</b> .....	<b>33</b>
1. Introdução e conceito .....	33
2. Modalidades recursais e competência legislativa .....	34
3. Características .....	35
4. Classificação dos recursos .....	36
4.1. Totais ou parciais .....	36
4.2. Principal e adesivo .....	38
4.3. Fundamentação livre ou vinculada .....	39
4.4. Ordinários e extraordinários .....	40
5. Princípios recursais .....	41
5.1. Introdução .....	41
5.2. Duplo grau de jurisdição .....	42
5.3. Taxatividade .....	44

5.4. Unirrecorribilidade .....	45
5.5. Fungibilidade .....	46
5.6. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	48
5.7. Colegialidade .....	50
5.8. Dialeticidade .....	51
5.9. Consumação .....	52
5.10. Complementaridade .....	53
5.11. Imparcialidade no âmbito vertical .....	53
6. Efeitos dos recursos .....	56
6.1. Introdução .....	56
6.2. Devolutivo .....	56
6.3. Suspensivo .....	59
6.4. Translativo .....	61
6.5. Obstativo .....	62
6.6. Regressivo .....	64
7. Recurso adesivo .....	64
8. Pedidos possíveis nos recursos .....	70
9. Requisitos recursais (juízo de admissibilidade dos recursos) .....	72
9.1. Aspectos gerais .....	72
9.1.1. Requisitos de admissibilidade e sua classificação .....	72
9.1.2. Momento do juízo de admissibilidade .....	73
9.1.3. Natureza da decisão sobre a admissibilidade .....	76
9.1.4. Matéria de ordem pública .....	77
9.2. Requisitos em espécie .....	78
9.2.1. Cabimento .....	78
9.2.2. Legitimidade recursal .....	79
9.2.3. Interesse recursal .....	83
9.2.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer .....	85

9.2.4.1. Fato impeditivo .....	86
9.2.4.2. Fatos extintivos .....	89
9.2.4.2.1. Renúncia .....	89
9.2.4.2.2. Aquiescência .....	90
9.2.5. Tempestividade .....	91
9.2.5.1. Feriado local .....	96
9.2.6. Preparo .....	100
9.2.7. Regularidade formal .....	108
10. Verba honorária na fase recursal .....	109
11. Remessa necessária .....	113
11.1. Noção geral .....	113
11.2. Natureza jurídica .....	114
11.3. Hipóteses de remessa necessária .....	114
11.3.1. Situações do art. 496, I, do CPC .....	114
11.3.2. Situações do art. 496, II, do CPC .....	115
11.4. Situações fora do CPC .....	115
11.5. Dispensa da remessa necessária .....	116
11.5.1. Dispensa da remessa necessária no mandado de se- gurança .....	117
11.6. A remessa necessária no tribunal .....	118
12. Enunciados do FPPC .....	119
13. Quadro resumo .....	121
<b>Capítulo II – Da ordem dos processos nos Tribunais .....</b>	<b>127</b>
1. Introdução .....	127
2. Dos processos nos tribunais .....	127
3. Do registro à distribuição (arts. 929 a 931) .....	128
4. Poderes do relator (arts. 932 e 933) .....	130

5. Designação de data de julgamento (arts. 934-936) .....	134
6. Sessão de julgamento e sustentação oral .....	136
7. Julgamento, pedido de vista e acórdão .....	137
8. Nulidades sanáveis no âmbito recursal .....	139
9. Incidente de colegialidade qualificada (art. 942) .....	141
10. Julgamento eletrônico .....	143
11. Enunciados do FPPC .....	143
12. Quadro resumo .....	145

## **Parte II: RECURSOS CÍVEIS EM ESPÉCIE**

<b>Capítulo I – Apelação .....</b>	<b>151</b>
1. Introdução .....	151
2. Requisitos de admissibilidade .....	152
2.1. Cabimento .....	152
2.1.1. Sentença (art. 1.009, <i>caput</i> , do CPC) .....	154
2.1.2. Decisões interlocutórias previstas no art. 1.015 do CPC que integrem capítulo da sentença (art. 1.009, § 3º, do CPC) .....	155
2.1.3. Capítulo da sentença que confirma, concede ou re- voga tutela provisória (art. 1.013, § 5º, do CPC) .....	156
2.1.4. Decisões interlocutórias que não se sujeitam ao regi- me de preclusão (art. 1.009, § 1º, do CPC) .....	157
2.2. Legitimidade recursal .....	159
2.3. Interesse recursal .....	159
2.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer .....	159
2.5. Tempestividade .....	160
2.6. Preparo .....	160

2.7. Regularidade formal .....	160
3. Efeitos .....	162
3.1. Devolutivo .....	162
3.1.1. Profundidade e extensão .....	162
3.1.2. Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal (causa madura) .....	164
3.2. Suspensivo .....	168
4. Interposição e processamento .....	174
4.1. No juízo <i>a quo</i> .....	174
4.2. No juízo <i>ad quem</i> .....	176
5. Questões de fato não invocadas no juízo inferior .....	176
6. Apelação em caso de indeferimento da petição inicial .....	177
7. Apelação em caso de improcedência liminar do pedido .....	178
8. Apelação em caso de sentença terminativa .....	179
9. Enunciados do FPPC .....	180
10. Modelos de petição .....	181
10.1. Apelação pedindo a reforma da sentença .....	181
10.2. Apelação pedindo a anulação da sentença .....	185
10.3. Pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação .....	188
11. Quadro resumo .....	190
<b>Capítulo II – Agravo de instrumento .....</b>	<b>193</b>
1. Introdução .....	193
1.1. Recorribilidade das decisões interlocutórias de primeiro grau .....	193
1.2. Perspectiva histórica da recorribilidade das decisões interlocutórias de primeiro grau .....	195
2. Requisitos de admissibilidade .....	197
2.1. Cabimento .....	197

2.1.1.	Considerações iniciais .....	197
2.1.2.	O rol do art. 1.015 do CPC .....	199
2.1.2.1.	Tutelas provisórias .....	199
2.1.2.2.	Mérito do processo .....	202
2.1.2.3.	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem .....	203
2.1.2.4.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	204
2.1.2.5.	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação .....	206
2.1.2.6.	Exibição ou posse de documento ou coisa ...	207
2.1.2.7.	Exclusão de litisconsorte .....	207
2.1.2.8.	Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio .....	207
2.1.2.9.	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros .....	208
2.1.2.10.	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução .....	209
2.1.2.11.	Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º .....	209
2.1.2.12.	Outros casos expressamente referidos em lei .....	210
2.1.2.13.	Decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença, na fase de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário .....	211
2.1.3.	Taxatividade (ou não) do art. 1.015 do CPC .....	211
2.2.	Legitimidade recursal .....	215
2.3.	Interesse recursal .....	215
2.4.	Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer .....	215

2.5. Tempestividade .....	215
2.6. Preparo .....	215
2.7. Regularidade formal .....	216
3. Efeitos .....	219
4. Interposição e processamento .....	221
4.1. Formas de interposição .....	224
5. Comunicação ao juízo <i>a quo</i> .....	224
6. Enunciados do FPPC .....	227
7. Modelos de petição .....	228
7.1. Agravo de instrumento simples pedindo reforma da decisão ....	228
7.2. Agravo de instrumento com pedido de efeito ativo .....	230
7.3. Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo .....	233
8. Quadro resumo .....	236
<b>Capítulo III – Agravo interno .....</b>	<b>239</b>
1. Introdução .....	239
2. Cabimento .....	240
3. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento .....	241
4. Multa .....	243
5. Modelo de Petição. ....	244
6. Quadro resumo .....	247
<b>Capítulo IV – Embargos de declaração .....</b>	<b>249</b>
1. Introdução .....	249
2. Natureza jurídica .....	251
3. Requisitos de admissibilidade .....	253
3.1. Cabimento .....	253
3.1.1. Esclarecer obscuridade .....	254

3.1.2. Eliminar contradição .....	255
3.1.3. Suprir omissão .....	257
3.1.4. Corrigir erro material .....	261
3.2. Legitimidade recursal .....	262
3.3. Interesse recursal .....	263
3.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer .....	264
3.5. Tempestividade .....	264
3.6. Preparo .....	265
3.7. Regularidade formal .....	265
4. Oposição e processamento .....	266
5. Efeitos .....	267
5.1. Especificamente o efeito suspensivo .....	268
5.2. Especificamente o efeito interruptivo .....	270
5.3. Especificamente o efeito infringente .....	273
6. Julgamento (art. 1.024) .....	276
6.1. Especificamente as consequências no recurso anteriormente interposto pela parte contrária (art. 1.024, §§ 4º e 5º) .....	277
6.2. Fungibilidade .....	279
6.3. Embargos protelatórios (art. 1.026 §§ 2º ao 4º) .....	280
7. Pré-questionamento pelos embargos de declaração (art. 1.025) ...	281
8. Enunciados do FPPC .....	282
9. Modelo de petição de embargos de declaração .....	283
10. Quadro resumo .....	284
<b>Capítulo V – Recurso Ordinário .....</b>	<b>289</b>
1. Introdução .....	289
2. Cabimento .....	290
3. Requisitos de admissibilidade .....	292



4. Efeitos .....	293
5. Interposição e processamento .....	294
6. Modelo de Petição .....	295
7. Enunciados do FPPC .....	297
8. Quadro resumo .....	297
<b>Capítulo VI – Recurso especial e recurso extraordinário .....</b>	<b>299</b>
1. Introdução .....	299
2. Cabimento .....	300
2.1. Recurso extraordinário .....	300
2.2. Recurso especial .....	302
3. Requisitos de admissibilidade .....	304
3.1. Requisito gerais/processuais .....	304
3.2. Requisitos específicos/constitucionais .....	308
3.2.1. Esgotamento das instâncias recursais ordinárias (“causa decidida”) .....	308
3.2.2. Proibição do reexame de matéria fática .....	309
3.2.3. Prequestionamento .....	310
3.2.4. Repercussão geral .....	311
3.2.5. Ofensa reflexa .....	314
3.2.6. Dissídio jurisprudencial .....	315
4. Interposição e processamento .....	317
4.1. Interposição conjunta de recurso especial e recurso extraordinário .....	317
5. Regras procedimentais comuns ao recurso especial e ao recurso extraordinário .....	319
5.1. Juízo de admissibilidade .....	319
5.2. Procedimento de admissibilidade e gestão do recurso especial e do recurso extraordinário .....	321

5.3. Julgamento do recurso especial e do recurso extraordinário repetitivos .....	325
5.3.1. Seleção dos recursos representativos da controvérsia repetitiva .....	325
5.3.2. Processamento dos recursos repetitivos .....	327
5.3.3. Efeitos do julgamento nos Tribunais Superiores .....	331
5.3.4. Efeitos do julgamento nos tribunais locais e no primeiro grau de jurisdição .....	332
5.4. Suspensão dos processos em todo o território nacional .....	336
5.5. Efeitos devolutivo e suspensivo .....	336
6. Modelos de Petição .....	338
6.1. Modelo de recurso especial .....	338
6.2. Modelo de recurso extraordinário .....	343
7. Enunciados do FPPC .....	347
8. Quadro resumo .....	349

**Capítulo VII – Agravo em recurso especial e recurso extraordinário .....** **353**

1. Introdução .....	353
2. Agravo da decisão de não admissão de recurso especial e recurso extraordinário .....	356
2.1. Requisitos de admissibilidade .....	356
2.2. Interposição e processamento .....	358
3. Agravo interno contra não admissão de recurso especial e recurso extraordinário .....	359
3.1. Cabimento .....	361
3.2. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento ...	363
3.3. Agravo interno contra indeferimento do pedido de intempestividade de recurso extraordinário ou recurso especial ....	365
4. Modelo de Petição .....	366

5. Enunciados do FPPC .....	370
6. Quadro resumo .....	370
<b>Capítulo VIII – Embargos de Divergência .....</b>	<b>373</b>
1. Introdução .....	373
2. Cabimento .....	374
3. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento .....	377
4. Modelo de Petição .....	380
5. Enunciados do FPPC .....	383
6. Quadro resumo .....	383
<b>Bibliografia .....</b>	<b>385</b>